



A SOLIDARIEDADE E O PROJETO HISTÓRICO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA: Questões e perspectivas no Brasil

Josefa Batista Lopes*

Marina Maciel Abreu*

INTRODUÇÃO

Esta discussão fundamenta-se nas condições históricas de recomposição político-cultural das relações de hegemonia do capitalismo, nos marcos atuais das saídas neoliberais à crise estrutural do capital, hegemônicas no mundo, em que são aprofundadas e acirradas as desigualdades, mediante reestruturação econômica política e social do capital. Tal reestruturação precariza as condições de trabalho, intensifica o desemprego estrutural, fragmenta a classe trabalhadora e inflexiona suas formas históricas de organização e lutas. Ao mesmo tempo, como um agravante desse quadro, verifica-se a redução da ação estatal no

* Professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

atendimento das necessidades de reprodução da força de trabalho, sem prejuízo do financiamento da reprodução do capital. Nessas condições, admite-se que propostas de solidariedade são redefinidas a partir de contraditórios interesses das classes sociais e ressituidas na base dos processos de atualização e construção de diferentes e antagônicos sistemas de controle social¹ na luta pela hegemonia na sociedade.

Desenvolvem-se assim, em confronto, propostas distintas de constituição da solidariedade: a solidariedade intra classe trabalhadora e a solidariedade entre classes antagônicas. Todavia, identifica-se a invocação de um grande e diferenciado apelo à solidariedade no enfrentamento da questão social na atualidade, considerando os desdobramentos da pressão oriunda do agravamento e ampliação da situação de pobreza em escala mundial. Tal apelo parte principalmente de governos, organismos financeiros internacionais, organizações empresariais, Igrejas dos mais distintos credos, organizações não governamentais, assim como das lutas sociais e organizações da classe trabalhadora e demais segmentos progressistas da sociedade.

Nesse amplo e contraditório movimento, são reatualizadas estratégias históricas construídas pelas classes sociais no enfrentamento da questão social, dentre elas sobressaem-se a filantropia e o cooperativismo, cujas práticas, admite-se, consubstanciam-se em distintas concepções de solidariedade.

Tem-se como referência a experiência da sociedade brasileira, a partir da última década, esses processos diferenciados de constituição da solidariedade tendem a ser confundidos pela retórica e estratégias dominantes, na medida em que ganha grande expressão e força o apelo à solidariedade indiferenciada, a partir de um discurso genérico, como responsabilidade de todos, tendo como eixo mobilizador a realidade de miséria de grande parte da população que no país não tem condições de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação e moradia². Deste modo, impõe-se o repensar crítico dos *fundamentos históricos* sobre a solidariedade e a emancipação humana, considerando de um lado as demandas postas pelo movimento de reestruturação capitalista, consubstanciadas na solidariedade indiferenciada que

¹ Com base na análise de MÉSZÁROS (2002) sobre a necessidade do controle social na sociedade capitalista, podem ser distinguidos dois sistemas: i) o sistema de controle do capital sobre o trabalho e sobre o conjunto da sociedade, em que o capital em si é colocado como uma modalidade de controle e o Estado como estrutura totalizante do domínio do capital; ii) a perspectiva de construção de um sistema alternativo de controle social, integrado ao movimento mais amplo de luta e constituição da classe trabalhadora como força antagônica à ordem do capital e construção de uma nova e superior ordem social – a socialista.

conduz à organização de uma pretensa cultura do consenso; de outro lado, a solidariedade intra classe, como necessidade histórica da classe trabalhadora, fundamental na luta pela emancipação desta classe e de toda a humanidade.

A SOLIDARIEDADE ENTRE CLASSES COMO CONDIÇÃO IDELÓGICA NA ATUAL REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A chamada solidariedade social, hoje em crise, é a principal expressão da solidariedade entre classes – trata-se de uma modalidade organizada pelo Estado via sistemas de seguridade social, consolidada no bojo do Estado de Bem-Estar – portanto, funcional aos interesses da acumulação e dominação capitalistas (Abreu, 2003). Tal solidariedade apresenta-se de forma genérica e indiferenciada como superação dos constrangimentos presentes nas redes assistencialistas consubstanciadas na caridade religiosa e na filantropia e como conquista do direito ao serviço público garantido pelo Estado.

Segundo Rosanvallon (1997), a crise do Estado de Bem-Estar intensificada na década de 70 do século passado, coloca a necessidade de “transferir para coletividades não públicas (associações, fundações, agrupamentos diversos) tarefas de serviço público”, como possibilidade da autonomização da sociedade em relação ao Estado. Para o autor, esta transferência “é a via que pode ser a mais interessante para responder às dificuldades do Estado-providência e fazer frente às necessidades sociais do futuro”. (ROSANVALLON, 1997, p.86). Sob este ponto de vista esta “alternativa à crise do Estado-providência só tem sentido se inserida em um tríptico movimento *de redução do Estado, de reenchaixe da solidariedade na sociedade e de produção de uma maior visibilidade social.*” (ROSANVALLON, 1997, p.86).

A solidariedade indiferenciada entre classes, portanto, reinsere-se na base das relações capital e trabalho, conduzindo à ocultação das desigualdades sociais e o enfraquecimento da resistência e da luta da classe trabalhadora direcionados para a superação da sociedade capitalista, em que o estabelecimento do colaboracionismo entre sujeitos antagônicos nos âmbitos da produção e reprodução sociais é um elemento estratégico no processo de organização de uma pretensa cultura do consenso.

² É sobretudo em relação a estas áreas que são dirigidos os apelos à solidariedade indiferenciada.

No campo da produção, a solidariedade entre classes coloca-se como uma condição ideológica na reestruturação dos processos produtivos, que assim se consubstancia na retórica da cooperação, da descentralização e da democratização das relações de trabalho, das quais as inovações técnico-organizacionais introduzidas a partir do toyotismo/ohnismo são paradigmáticas. Nesse movimento de flexibilização econômica, o cooperativismo é reatualizado como uma estratégia mobilizada para a implementação das medidas de terceirização, respondendo às necessidades de enxugamento e horizontalização das plantas fabris o que representa um distanciamento de seu sentido histórico na luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Ao mesmo tempo, é utilizado pelos trabalhadores, por exemplo, na recuperação econômico-financeira de empresas capitalistas falidas e como alternativa face ao desemprego estrutural e à redução e precarização dos atendimentos sociais pelo Estado. Deve-se registrar que segmentos dessa classe inspirados nos princípios de cooperação e solidariedade intra classe, redescobrem no cooperativismo formas coletivas de inserção produtiva e distribuição autogeridas, adequadas às necessidades, possibilidades e valores dos que não têm capital individual e não almejam possuí-lo. (SINGER, 2002).

No âmbito da reprodução implementam-se estratégias de “participação solidária”, direcionadas para a redução dos gastos sociais em resposta às demandas da classe trabalhadora, ocorrendo o deslocamento do chamado pacto da solidariedade social consubstanciado em políticas redistributivas (via garantia de direitos sob a forma de salários indiretos) para políticas centradas na pobreza extrema. Verifica-se, então a reatualização da filantropia com a reafirmação de sua função histórica, isto é, de controle social sobre “pobres” e “necessitados”; e de reprodução da sujeição das massas trabalhadoras à dominação entre classes. São, assim, reeditadas expressões tradicionais marcadas pelo assistencialismo caritativo e introduzidas novas configurações sob a forma da chamada filantropia empresarial. Estas modalidades são incentivadas pela política social neoliberal, com a regulamentação e disciplinamento do repasse de recursos públicos e responsabilidades para grupos diversificados da sociedade (como as tradicionais instituições filantrópicas, ONG’s, fundações empresariais, dentre outras), que passam a compor com outras expressões das chamadas instituições sem fins lucrativos, o denominado terceiro setor.

Nesta discussão sobre a filantropia destacam-se dois eixos de preocupações: um referido a tendência predominante de revitalização pelo Estado do tradicional padrão assistencial – a

chamada filantropia estatal (OLIVEIRA,1998), em detrimento das conquistas sociais incorporadas na Constituição Federal de 1998 como direitos sociais. O outro eixo, como um desdobramento desta primeira tendência, diz respeito a filantropia empresarial constituída por uma diversidade de experiências consubstanciadas em uma clara relação com os interesses de lucratividade das empresas e de controle social sobre os trabalhadores³.

Além disso, no enfrentamento das necessidades materiais imediatas a própria classe trabalhadora e outros segmentos progressistas da sociedade desenvolvem iniciativas emergenciais consubstanciadas na solidariedade. Muitas dessas iniciativas inscrevem-se em processos de construção de alternativas que buscam ultrapassar o plano da simples sobrevivência cotidiana e buscam saídas mais duradouras e consistentes de garantias das condições de vida, enquanto outras situam-se no plano emergencial e enquadram-se nas propostas assistencialistas parterneristas atendendo ao apelo de solidariedade dos grupos dominantes.

A SOLIDARIEDADE INTRACLASSE NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E DA HUMANIDADE: As organizações de mediação como questão no Brasil hoje.

Os pressupostos com os quais se trabalha indicam que a solidariedade intraclasses trabalhadora como necessidade e possibilidade na luta pela emancipação humana deve ser pensada hoje como uma questão no âmbito dos impactos que as transformações ocorridas nas formas de organização da produção e do trabalho tiveram sobre no mundo do trabalho e nas organizações de mediação política dos trabalhadores. Destacam-se as condições objetivas de constituição da classe trabalhadora como classe para si, as condições objetivas da consciência de classe. São condições hoje definidas no âmbito de uma crise que Mandel (1990) definiu como crise de superprodução. Para este autor: “Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo do

³ A filantropia empresarial contribui para agregar um valor social aos produtos e negócios das empresas, e ao mesmo tempo revela-se instrumento de desmobilização política dos trabalhadores, na medida em que é viabilizada sobremaneira mediante a requisição do trabalho “voluntário” dos funcionários, trabalho este que passa a constituir elemento de avaliação do envolvimento e compromisso do trabalhador na empresa. Essas experiências buscam garantir de alguma forma a reprodução da força de trabalho, assim investem em programas na áreas da educação,

desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de desigualdade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes” (MANDEL, 1990, p. 231)

Tem-se, então que as bases materiais da solidariedade de classe, como elemento histórico da organização autônoma da classe trabalhadora na luta pela emancipação humana vêm sendo inflexionadas desde o final do século XIX com o desenvolvimento da acumulação capitalista em sua escalada imperialista, intensificada posteriormente no contexto do Estado de Bem-Estar (MÉSZÁROS, 1998) e da atual reestruturação flexível.

Se nestas condições tem sido fortalecida a tendência que se contrapõe à tese do fim da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, firma-se ao mesmo tempo a compreensão de que se trata de um momento difícil para a constituição e fortalecimento da consciência de classe e das organizações de mediação política dos trabalhadores. Sindicatos e Partidos Políticos, que em todo o mundo fizeram e fazem esta mediação, estão acometidos de profundas crises. É o caso da Itália, da França, da Alemanha e da Inglaterra para citar alguns dos países do capitalismo central, onde os partidos políticos, com base na classe trabalhadora, foram profundamente metamorfoseados com o afastamento (e até a negação) do projeto emancipatório, e o avanço na direção das políticas neoliberais; enquanto os Sindicatos nestes países são impelidos à defesa de direitos conquistados pela luta histórica dos trabalhadores contra o capital, mas, sobretudo, dos postos de trabalho.

No caso do Brasil, a história recente é garantia de que ainda faz parte de nossa memória a erupção do movimento operário, no final da década de 70, mais especificamente com a greve operária de 1978. Esta greve significava *uma contundente e firme manifestação*, no meio operário, do descontentamento crescente com a situação econômica produzida pela crise do chamado “milagre econômico” brasileiro, no âmbito da recessão generalizada de 1974/75 do capitalismo mundial. E resultava *do persistente trabalho político de organização do movimento operário*, durante todo o período da ditadura militar. Um trabalho que foi estimulado, a partir de 1972, de acordo com Celso Frederico (1991), pela participação dos grupos e militantes que haviam sobrevivido à repressão da ditadura militar e à guerrilha urbana que vários desses

saúde, cultura e assistência, principalmente, atendendo contraditoriamente a necessidades imediatas da classe

grupos empreenderam como forma de resistência e de enfrentamento àquele sistema fascista de governo. Ao mesmo tempo, também se desencadeava um vigoroso movimento de massas, e diferentes formas de organização e resistência ganhavam visibilidade em todo o país. Muitas das quais - como as Comunidades Eclesiais de Base, nascidas no Brasil na década de 60, na organização da resistência à ditadura militar - sob o impulso do importante avanço dos setores progressistas da Igreja Católica na América Latina no sentido do que chamou opção preferencial pelos pobres, constituindo a *Teologia da Libertação*, como corrente de pensamento e de ação fortemente influenciada pelo marxismo⁴.

Esses movimentos foram ascendentes, até o final da década de 80. Uma década de lutas expressivas da sociedade brasileira, no âmbito de cujo movimento várias instituições de mediação da luta dos trabalhadores foram constituídas: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Consolidava-se a perspectiva de construção de uma *República Democrática* e de uma *nova sociedade*. Para muitos militantes e estudiosos, a construção de uma resposta dos oprimidos aos problemas históricos do país colocara-se como possibilidade concreta.

Todavia os avanços e a solidificação das políticas de flexibilização do capital e do trabalho, conforme ocorria mundialmente, sob a ideologia neoliberal, não tardaram a sinalizar para a inflexão das forças majoritárias do PT e da CUT em relação ao projeto emancipatório, duas maiores e mais expressivas organizações de mediação política dos trabalhadores e oprimidos. Tendo combatido a Reforma do Estado - levada a efeito na década de 90 atingindo os tênues e tímidos direitos que os trabalhadores, as classes subalternas desse país conquistaram ao longo da história - o PT ao conquistar o governo federal, não só referendou o processo de reformas neoliberais do governo que o antecedeu; efetivou reformas tentadas e não consolidadas por aquele governo que não conseguiu vencer a resistência da luta social respaldada e implementada por este partido no Congresso. É o caso da Reforma da Previdência, por exemplo, que usurpou direitos sociais que já pareciam assegurados, seguindo a tendência mundial, em resposta aos preceitos do neoliberalismo que no Brasil são regidos pelos organismos financeiros internacionais - o FMI e o Banco Mundial.

trabalhadora. (ABREU, 2003)

⁴ Sobre a influência do Marxismo na Igreja Católica ver LÖWY, Michel. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 1991.

As lutas sociais perderam significativas referências históricas objetivas, no campo econômico e político, com a reestruturação da produção e do trabalho, a partir da desarticulação dos grandes parques industriais, tipo ABC Paulista, berço das greves de 1978, da CUT e do PT na década de 80, hoje fortes aliados no governo, como o foram na oposição. No âmbito deste processo, cabe destacar, entre as mais expressivas organizações de mediação da luta dos trabalhadores, no Brasil, o MST como aquela que ainda mantém a clara perspectiva de um projeto emancipatório fundado na solidariedade intraclasse trabalhadora, em confronto com a burguesia e o capital, procurando articular o campo com a cidade e internacionalizar a luta nacional, ao mesmo tempo em que tornar nacional a luta internacional.

Tem-se, assim, um contexto de expressivo retrocesso na organização da classe trabalhadora no Brasil e na histórica solidariedade e luta dessa classe pela sua emancipação como classe e pela emancipação de toda a humanidade. Significará, também, a superação da emancipação como necessidade e *projeto histórico possível*?

É um fato que o *receituário* da chamada nova ordem mundial, emitido pelo “consenso de Washington”, imposto pelo capital mundial, tenta em resistir e negar esta necessidade e possibilidade. Mas as manifestações que explodem e ecoam por todas as partes do mundo contra os efeitos danosos do neoliberalismo já não podem mais ser ignoradas.

A grande massa de oprimidos, de homens e mulheres que têm se movido em multidões dizendo *não* ao mundo neoliberal e/ou ao mundo capitalista, aponta para a constituição da solidariedade mundial de todos os segmentos sociais críticos em relação aos rumos que o movimento real do capital e às relações do homem com a natureza. Nesse movimento, de tendência internacional, tem avançado a organização e a luta social em torno da questão ambiental e das diferenças de etnias, de gênero e idade, cujos sujeitos são, em grande parte, colocados em articulação através de sistemas de redes e das chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais). Nesse grupo, destaca-se, no Brasil, o MST que implementa e assegura a visibilidade da luta pela terra, propondo e animando a construção de um Projeto Popular para o Brasil, ao mesmo tempo nacional e internacionalista. Mas neste movimento destacam-se as chamadas ONGs, particularmente, na construção das chamadas redes de solidariedade. Por esta perspectiva o MST e a ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais) encontram-se entre os principais organizadores do Forum Social Mundial,

realizado por primeira vez em Porto Alegre, em 1991, Rio Grande do Sul e o último em Bumbai, Índia.

Verifica-se o avanço da consciência mundial sobre o significado do esforço crescente das elites para superar a crise do capital e da consciência dos oprimidos em torno da necessidade e da possibilidade de construção de um mundo que seja de todos e não de uma minoria - a elite proprietária dos meios de produção e controladora do poder e do Estado. É dessa consciência que emergem e avançam as novas formas de organização e de luta. Mas, em que pese a relevância dessas lutas, a dimensão e peso reais que têm no projeto histórico de emancipação humana, ainda colocam mais questão, perguntas do que respostas, inclusive quanto ao atual papel histórico da classe trabalhadora na constituição desse projeto. Uma primeira indicação remete para a tese de que *a emancipação, como necessidade e como projeto fundado na solidariedade, tem vigência histórica e está demandando outras formas de organização e de luta, enquanto a classe trabalhadora se repõe como classe, reconstrói ou constrói suas instituições de mediação política.*

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. A constituição da solidariedade e o significado histórico da reatualização da filantropia e do cooperativismo. Projeto de pesquisa. São Luís: DESES/NUPPPP/UFMA, 2003.
- CUNHA, Núbia Maria Dias. Filantropia Empresarial no Maranhão. Projeto de Iniciação Científica. São Luís: DESES/NUPPPP/UFMA, 2002.
- FREDERICO, Celso. A Esquerda e Movimento Operário, 1964-1984; Vol 3, A Reconstrução. Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1991.
- LÖWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 1991.
- MANDEL, Ernest. A Crise do Capital. Os Fatos e sua Interpretação. São Paulo, Ensaio, 1990.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998

ROSANVALLON. Pierre. **A crise do Estado-Providência**. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997.

SINGER. Paul. Prefácio. VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.